

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Cooperativa de Crédito Rural Coopavel

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados consolidados da Credicoopavel ao longo do ano de 2024, demonstrando o desempenho econômico-financeiro, metas alcançadas e os desafios enfrentados pela cooperativa.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2024 foi marcado por significativas oscilações nas economias brasileira e mundial, influenciadas por políticas, descritas a seguir.

Taxa Selic e Política Monetária

Ao longo de 2024, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central adotou medidas para conter a inflação e estabilizar a economia. Em dezembro, a Selic foi elevada para 12,25% ao ano. Esta decisão reflete a preocupação com a inflação persistente e a necessidade de ajustes fiscais. Desta forma, o Banco Central sinalizou a possibilidade de novos aumentos nos próximos meses.

Desempenho do Agronegócio

O agronegócio brasileiro continuou a desempenhar um papel crucial na economia nacional em 2024. As exportações do setor ultrapassaram US\$ 164 bilhões, representando 48,9% do total das exportações brasileiras no período.

A safra da soja 2024 foi impactada por condições climáticas adversas, resultando em uma produção de aproximadamente 297,7 milhões de toneladas, sendo que o Brasil exportou em 2024 98,8 milhões de toneladas de soja em grão.

Já a expectativa para safra de milho 2025 é de mais de 320 milhões de toneladas, com a maior safra de grãos do Brasil.

Na pecuária, o Brasil exportou 9,66 milhões de toneladas em 2024 de carne bovina, aves, suínos e outras.

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro foi de R\$ 1,22 trilhões, mesmo com os problemas climáticos na produção de soja, milho, cana-de-açúcar e outros.

Perspectivas para 2025

As projeções para 2025 indicam que a economia brasileira enfrentará desafios significativos com o câmbio e a inflação, desta forma exige-se que a taxa Selic se mantenha alta por um período maior.

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

O desempenho financeiro e operacional da Credicoopavel no ano de 2024 foi recorde. Os números mostram que a cooperativa continua a crescer e a gerar valor para seus associados, conforme demonstrado a seguir.

Resultados de 2024:

- **Ativo Total:** R\$ 646.183.806
- **Depósitos:** R\$ 395.656.091
- **Patrimônio Líquido:** R\$ 222.916.407
- **Índice Basileia:** 38,58%
- **Nº de Associados:** 11.188
- **Resultado Financeiro:** R\$ 50.946.814

METAS 2025

Com o objetivo de seguir em crescimento e geração de valor, o quadro a seguir apresenta as metas estratégicas para o ano de 2025.

Meta	Objetivo 2025
Nº Associados	12.000
Ativos de Crédito	R\$ 530.000.000
Depósitos	R\$ 400.000.000
Receitas Totais	R\$ 110.000.000
Patrimônio Líquido	R\$ 280.000.000
Resultado Financeiro	R\$ 55.000.000

AGRADECIMENTOS E RECONHECIMENTO

Agradecemos a Deus, e expressamos gratidão aos associados, colaboradores e parceiros pelo sucesso alcançado em 2024. Com compromisso e transparência, a Credicoopavel reafirma sua missão de gerar valor sustentável para todos.

Cascavel-PR, 31 de dezembro de 2024.

Conselho de Administração

Dilvo Grolli

Jeomar Trivilin

Adilar Luiz Rosso

Adriano Marcos Toigo

Ibrahim Faiad

Konrado Jose Boenke

Osmar Goin

Diretoria Executiva

Paulo Aparecido Arantes

Antonio Carlos Frediani

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL
Cascavel – PR**

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 21 de fevereiro de 2025.

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2024	2023		NOTA	2024	2023
Circulante		442.953.297	399.657.448	Circulante		170.965.887	158.805.308
Disponibilidades	04	2.569.335	1.581.536	Depósitos	11	143.354.579	118.594.688
Títulos e Valores Mobiliários	05	226.461.003	191.526.166	Depósitos à Vista		138.499.180	114.392.462
Carteira Própria		226.461.003	191.526.166	Depósitos a Prazo		4.855.399	4.202.226
Relações Interfinanceiras	06	12.563.920	9.930.299	Relações Interfinanceiras	12	26	0
Relações Interfinanceiras		12.563.920	9.930.299	Outros Sistemas de liquidação		26	0
Operações de Crédito	07	190.736.100	196.148.726	Relações Interdependências	13	11.346.381	24.592.525
Empréstimos e Títulos Descontados		185.941.364	187.614.623	Recursos em Trânsito de Terceiros	14	208.212	213.029
Renegociações e Composição de Dívidas		1.565.831	1.389.645	Obrigações Empréstimos e Repasses	14	11.138.169	24.379.496
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		21.425.879	22.078.809	Outras Obrigações	15	16.264.901	15.618.095
(-) Provisão para Operações de Crédito		(18.196.975)	(14.934.351)	Arrecadação e Tributos Assemelhados		38.946	69.239
Outros Créditos	08	384.152	431.721	Sociais e Estatutárias		11.989.422	10.899.608
Diversos		384.152	431.721	Fiscais e Previdenciárias		501.075	623.978
Outros Valores e Bens	09	10.238.786	39.000	Diversas		3.735.459	4.025.270
Outros Valores e Bens		10.238.786	39.000	Não Circulante		252.301.512	219.954.394
Não Circulante		202.581.658	154.775.479	Não Circulante		252.301.512	219.954.394
Realizável a Longo Prazo		202.581.658	154.775.479	Exigível a longo prazo		252.301.512	219.954.394
Operações de Crédito	07	202.581.658	154.775.479	Depósitos	11	252.301.512	219.954.394
Empréstimos e Títulos Descontados		212.189.802	163.967.568	Depósito a prazo		252.301.512	219.954.394
Renegociações e Composição de Dívidas		2.708.597	1.856.999	Patrimônio Líquido	17	222.916.407	176.258.386
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		8.823.631	3.253.378	Capital Social		70.859.090	56.209.417
(-) Prov. Oper. Crédito Liquidação Duvidosa		(21.140.372)	(14.302.466)	Reserva Legal		141.075.704	110.260.276
Permanente	10	648.852	585.160	Sobras ou Perdas do Exercício		10.981.614	9.788.693
Instalações, Móveis e Equip. de Uso		242.495	219.149				
Sistema Processamento de Dados		658.849	620.975				
Sistema de Transporte		1.056.511	771.287				
(-) Depreciação Acumulada		(1.309.003)	(1.026.250)				
TOTAL DO ATIVO		646.183.807	555.018.087	TOTAL DO PASSIVO		646.183.807	555.018.088

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Alarecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Executivo Administrativo
CPF: 387.298.229-04

Terezinha de F.Marcussi Mariano
Contadora
CRC-PR: 043740/O-8



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL
CNPJ 76.461.557/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS DE 2024 E 2023
E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2024 E 2023

(Valores em R\$ 1)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2º semestre/24	2º semestre/23	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.368.078	43.121.082	104.762.594	88.966.449
Operações de Crédito	38.763.832	33.099.061	80.956.704	67.846.508
Resultado de Títulos Valores Mobiliários	11.604.247	10.022.021	23.805.890	21.119.942
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(18.766.284)	(12.392.521)	(40.664.497)	(30.629.454)
Despesas Operações de Captação no Mercado	(12.647.172)	(10.970.191)	(27.073.235)	(24.490.962)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.119.113)	(1.422.330)	(13.591.262)	(6.138.491)
RESULTADO BRUTO DA INTERMED. FINANCEIRA	31.601.794	30.728.561	64.098.097	58.336.995
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(10.632.366)	(9.164.819)	(21.933.742)	(19.182.222)
Receita de Prestação de Serviços	321.625	307.878	647.017	612.782
Despesas de Pessoal	(4.511.132)	(4.580.487)	(8.857.246)	(9.373.827)
Outras Despesas Administrativas	(3.551.968)	(1.819.325)	(7.281.193)	(3.964.395)
Despesas Tributárias	(29.917)	(27.807)	(65.541)	(60.295)
Outras Receitas Operacionais	519.929	114.955	1.202.091	239.587
Outras Despesas Operacionais	(3.380.903)	(3.160.033)	(7.578.870)	(6.636.072)
RESULTADO OPERACIONAL	20.969.428	21.563.742	42.164.355	39.154.774
DESPESAS COM FATES			1.762.099	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	20.969.428	21.563.742	43.926.454	39.154.774
SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	20.969.428	21.563.742	43.926.454	39.154.774

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Aparecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Executivo Administrativo
CPF: 387.298.229-04

Terezinha de F. Marcussi Mariano
Contadora
CRC:PR-043740/O-8

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
SALDO FINAL EM 31.12.2022	41.605.740	82.518.659	10.554.061	134.678.460
Capitaliza�o das sobras de 2022	10.554.061		(10.554.061)	-
Capitaliza�o de juros	4.718.366			4.718.366
IR s/juros capital	(436.438)			(436.438)
Capital integralizado	1.893.999			1.893.999
Pgto cota capital	(391.277)			(391.277)
Capital a restituir	(1.735.033)			(1.735.033)
Baixa capital cfe Artigo12 paragrafo 6�- Estatuto Social		333.275		333.275
Sobras do exercício			39.154.774	39.154.774
Reserva Legal		27.408.342	(27.408.342)	-
FATES			(1.957.739)	(1.957.739)
SALDO FINAL EM 31.12.2023	56.209.418	110.260.276	9.788.693	176.258.386
Capitaliza�o das sobras de 2023	9.778.407		(9.778.407)	-
Ajuste sobras 2023			(10.286) -	10.286
Capitaliza�o de juros	6.456.857			6.456.857
IR s/juros capital	(694.999)			(694.999)
Capital integralizado	2.194.450			2.194.450
Pgto cota capital	(2.860.104)			(2.860.104)
Capital a restituir	(224.939)			(224.939)
Baixa capital cfe Artigo12 paragrafo 6� Estatuto Social		66.910		66.910
Sobras do exercício			43.926.454	43.926.454
Reserva Legal		30.748.518	(30.748.518)	-
FATES			(2.196.323)	(2.196.323)
Saldo em 31.12.2024	70.859.090	141.075.704	10.981.613	222.916.407

(As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Aparecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Executivo Administrativo
CPF: 387298.229-04

Terezinha de F.Marcussi Mariano
Contadora
CRC-PR- 043740/O-8

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
SALDO EM 30.06.2023	56.170.723	82.851.934	21.563.742	160.586.398
Capital integralizado	994.408			994.408
Pgto cota capital	(391.277)			(391.277)
Capital a restituir	(564.436)			(564.436)
Sobras 2 ^o semestre/2023	-		17.591.032	17.591.032
Reserva Legal		27.408.342	(27.408.342)	-
FATES			(1.957.739)	(1.957.739)
SALDO FINAL EM 31/12/2023	56.209.418	110.260.276	9.788.693	176.258.386

SALDO EM 30.06.2024	71.342.560	110.321.464	20.969.428	202.633.452
Capital integralizado	853.970			853.970
Pgto cota capital	(1.112.501)			(1.112.501)
Capital a restituir	(224.939)			(224.939)
Baixa de capital cfe art 12 ^o paragrafo VI -Estatuto Social		5.722		5.722
Sobras 2 ^o semestre/2024			22.957.026	22.957.026
Reserva Legal		30.748.518	(30.748.518)	
FATES			(2.196.323)	(2.196.323)
SALDO FINAL EM 31/12/2024	70.859.090	141.075.704	10.981.614	222.916.407

(As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Aparecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Executivo Administrativo
CPF: 387298.229-04

Terezinha de F.Marcussi Mariano
Contadora
CRC-PR- 043740/O-8



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL
CNPJ 76.461.557/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023
2º semestre 2024 e 2023

(Valores em R\$ 1)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)	2º Semestre/24	2º Semestre/23 (Reclassificado)	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023 (Reclassificado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Sobras ou Perdas	22.957.026	17.591.032	43.926.454	39.154.774
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	246.790	129.916	246.790	129.816
Provisão de Crédito de Devedores Duvidosos	(4.598.275)	3.578.601	(10.100.529)	(1.132.601)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais:	22.187.086	(131.749.397)	(100.214.757)	(106.621.638)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(840.355)	11.833.821	(2.633.621)	1.040.788
Títulos e Valores Mobiliários	37.151.365	(91.208.975)	(34.934.836)	(74.127.900)
Operações de Crédito	(4.319.252)	(55.048.637)	(52.494.082)	(33.885.871)
Outros Créditos	304.514	2.492.369	47.569	306.345
Outros Valores e Bens	(10.109.186)	182.025	(10.199.786)	45.000
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais	(47.389.760)	113.093.944	45.307.041	66.856.462
Depósitos	(54.855.155)	83.600.122	56.382.863	50.840.874
Relações Interdependências	(709.349)	455.311	(4.817)	27.038
Obrigações por Repasse do País	2.695.500	24.379.496	(13.241.327)	14.134.351
Outras Obrigações	5.479.244	4.659.015	2.170.322	1.854.198
		-		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(6.597.133)	2.644.095	(20.835.000)	(1.613.188)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (Aumento Redução do Ativo Imobilizado)				
	(648.852)	(585.160)	(648.852)	(585.160)
Caixa Líquido Proveniente/usado Atividades de Investimento	-648.852	-585.160	(648.852)	(585.160)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Capital Social	1.170.419	38.695	16.844.123	1.894.000
Juros a pagar	6.456.857		6.456.857	4.281.920
Baixa de capital		(1.170.270)	(829.328)	(2.787.158)
			-	
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	7.627.276	(1.131.575)	22.471.652	3.388.762
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	381.291	927.360	987.799	1.190.414
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA				
Caixa e equivalente de caixa:				
Início do período	2.188.044	654.176	1.581.536	391.122
Fim do período	2.569.335	1.581.536	2.569.335	1.581.536
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	381.291	927.360	987.799	1.190.414

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Aparecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Executivo Administrativo
CPF: 387.298.229-04

Terezinha de F. Marcussi Mariano
Contadora
CRC: PR-043740/O-8



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL

CNPJ: 76.461.557/0001-91

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO
SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 E 2024 E DO EXERCÍCIO DE 2024 E 2023**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º SEMESTRE	2º SEMESTRE	(Valores em R\$ 1)	
	2024	2023	31/12/2024	31/12/2023
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	22.957.026	17.591.032	43.926.454	39.154.774
Outros resultados abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00
LUCRO/PREJUÍZO ABRANGENTE	22.957.026	17.591.032	43.926.454	39.154.774

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

Dilvo Grolli
Presidente
CPF: 153.229.129-91

Paulo Aparecido Arantes
Diretor Executivo Presidente
CPF: 577.433.719-72

Antonio Carlos Frediani
Diretor Exec. Administrativo
CPF: 387.298.229-04

Terezinha de F. Marcussi Mariano
Contadora
CRC: PR-043740/O-8

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COOPAVEL - CREDICOOPAVEL
CNPJ nº 76.461.557/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em R\$ 1,00)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Cooperativa de Crédito Rural Coopavel**, foi constituída em 24 de novembro de 1981, usa como nome fantasia a expressão CREDICOOPAVEL, é uma sociedade cooperativa, singular, classificada no segmento S5, com objetivo social de cooperativa de crédito, equiparada à instituição financeira, com forma e natureza jurídica própria, com sede no município de Cascavel-PR. Rege-se pelo disposto nas Leis 5.764, de 16.12.1971 e 4.595, de 31.12.1964, e nos artigos 1.093 a 1.096 da Lei 10.406, de 10.1.2002, nos atos normativos do Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil. A Credicoopavel atua no Oeste e Sudoeste do Paraná. Encerrou o exercício de 2024 com 11.188 associados. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo por objetivo:

- (a) proporcionar assistência financeira a seus associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, visando o aumento da eficiência, eficácia e efetividade das atividades dos associados;
- (b) o desenvolvimento de programas, no uso adequado do crédito e de prestação de serviços;
- (c) o desenvolvimento de programas de educação cooperativista, visando o fortalecimento dos princípios e valores do cooperativismo;

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, considerando também os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para quais o Conselho Monetário Nacional emitiu posicionamento sobre sua aplicabilidade para instituições financeiras.

b) A Cooperativa cumpre a obrigatoriedade da Lei 12.973/14 ao que se refere a entrega do arquivo do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, da Receita Federal.

c) Em consonância com a Resolução nº 2 de 12 de agosto de 2020, a divulgação das demonstrações financeiras deve ser de forma comparativa com o período anterior, cabendo observar que:

I – O Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 está comparado com o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023.

II - As demais demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2024 estão comparadas com as demonstrações do mesmo período do exercício social anterior (31 de dezembro de 2023) e do 2º semestre 2024.

d) Conforme Resolução CMN 4.860/20 do Banco Central do Brasil, já implantada desde o ano de 2008, a Ouvidoria na CREDICOOPAVEL, atende por meio de discagem direta gratuita (DDG) através do telefone: 0800 648 0648 ou através do site www.credicoopavel.com.br acessando o link da ouvidoria. Tendo como responsável a ouvidora Rosani Furni. A instituição da ouvidoria visa facilitar a comunicação dos cooperados com a cooperativa, objetivando o aprimoramento dos serviços prestados.

e) Conforme Resolução CMN 4.859/20, foi disponibilizado o canal para comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades da CREDICOOPAVEL, através do site www.credicoopavel.com.br acessando o link canal de denúncias. Tendo como responsável o Diretor Administrativo. A instituição visa a disponibilização deste canal para que os funcionários, cooperados, parceiros ou fornecedores possam reportar, sem a necessidade de identificação, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da CREDICOOPAVEL.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e dispêndios devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pró rata temporis* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método *linear*. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

c) Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas com encargos pré-fixadas são registradas a valor futuro e retificadas por conta redutora e as pós-fixadas são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos, inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

d) Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários

As Disponibilidades e os Títulos e Valores Mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A atualização das operações de crédito vencidas até 60 dias é contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia do vencimento, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível de risco "H" permanecem nessa classificação por seis meses, desde que apresentem atraso superior a 180 dias, quando então são transferidas para prejuízo contra a provisão existente e controladas através de relatórios gerenciais, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão de Operações para Crédito de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a liquidez do tomador do crédito bem como os riscos específicos apresentados em cada operação.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/99 e 2.697/00, acrescida de provisões prudenciais como medida conservadora de proteção contra inadimplementos.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco e cumprirem as disposições contidas na Política Operacional de Crédito.

Em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, a cooperativa iniciou o projeto de atualização no sistema o qual irá afetar a constituição de provisão para perdas esperadas associados ao risco de crédito.

Com os devidos ajustes estima-se que o valor provisionado terá um acréscimo, o percentual ainda não está projetado, mas serão apresentados nos próximos exercícios. Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

g) Outros Créditos

Direitos a receber de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive as resultantes do exercício corrente.

h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos e softwares estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas abaixo, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

- * Móveis e Equipamentos de Uso:..... 25 %
- * Equipamentos Processamento de Dados:.....25 %
- * Sistema de Transporte:.....25 %
- * Bens Imóveis sujeitos a Depreciação:.....4 %

i) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos de empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, apropriados diariamente. As despesas a apropriar referente aos encargos contratados são registradas mensalmente de acordo com a posição da dívida.

j) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita ocorrida em eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões foram registradas e sofrem as atualizações de acordo com as estimativas do risco envolvido.

k) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na recomendação dos assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perda remota não são divulgadas.

l) Segregação do Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 (trezentos e sessenta dias) estão classificados no curto prazo (circulante), e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

n) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES- Caixa e Equivalentes de caixa

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Está composta pelo saldo das contas Caixa, Depósitos Bancários e Reservas Livres (BACEN), abaixo descritos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	1.827.093	1.401.118
Banco do Brasil S/A	4.319	61.003
Caixa Econômica Federal	543	395
Banco Bradesco	86.236	98.511
Banco Safra	2.243	2.243
Banco Central Conta Liquidação	647.432	16.766
Banco Santander	1.470	1.500
Total	2.569.335	1.581.536

Valores em reais

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cotas de Fundos de Renda Fixa	226.461.003	191.526.166
Total	226.461.003	191.526.166

Valores em reais

Os valores acima estão todos lastreados em Títulos de Renda nos fundos administrados por bancos autorizados a operar pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receb. Convenios - Celcoin	88.220	41.035
Banco Central - Pagamento Instântaneo	12.475.700	9.889.263
Total	12.563.920	9.930.299

Receb. Convenio Celcoin - é o saldo mantido para recebimento de convênios pagos pelos associados.

Banco Central – Pagamento instantâneo - é o saldo mantido junto ao Banco Central para realizar transações de Pix dos associados.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As operações de crédito estão demonstradas e distribuídas em conformidade com o artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00. A carteira de crédito está assim composta e classificada:

a) Composição total da carteira de créditos por tipo de operação a curto e longo prazo:

Operações de Crédito	31/12/2024			31/12/2023
	Modalidades	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositantes	211.437	0	211.437	206.962
Cheque Especial	5.321.979	0	5.321.979	5.309.320
Empréstimos	180.407.948	212.189.802	392.597.750	346.065.909
Composição de Dívida	1.565.831	2.708.597	4.274.428	3.246.644
Financ. Rurais - Próprios	1.597.505	0	1.597.505	862.359
Financ. Rurais - Direcionados (*)	19.828.374	8.823.631	28.652.005	24.469.828
Total	208.933.074	223.722.030	432.655.104	380.161.022

Valores em reais

(*) Nos Financiamentos Rurais - Direcionados estão inclusas todas as operações concedidas nas modalidades de Custeio Agrícola e Custeio Pecuário, com recurso de captação transferidos por meio de repasse interfinanceiro.

b) Composição total da carteira por setor de atividade a curto e longo prazo:

Operações de Crédito	31/12/2024	31/12/2023
	Total	Total
Setor Privado		
Pessoa Física (*)		
Adiantamento depositante	195.806	184.673
Cheque especial	4.441.670	3.322.161
Empréstimos	308.995.100	277.832.756
Composição dívida	3.041.889	3.246.644
Rural	29.171.383	25.332.186
Pessoa Jurídica		
Adiantamento depositante	15.632	22.289
Cheque especial	880.309	1.987.159
Capital de Giro	83.602.649	68.233.153
Composição dívida	1.232.539	-
Rural	1.078.127	-
Total	432.655.104	380.161.021

Valores em reais

(*) No montante das operações de crédito tomadas pelo setor de atividade enquadrado como "Pessoas Físicas" estão classificadas as operações concedidas aos produtores rurais.

c) Composição total da carteira de créditos por níveis:

Risco	% Provisões	Carteira		Prov p/ Operação de Crédito	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nível AA	0,00%	-	-	-	-
Nível A	0,50%	49.442.319	69.640.146	247.212	348.201
Nível B	1,00%	95.745.784	65.916.617	957.458	659.166
Nível C	3,00%	185.085.030	154.396.708	5.552.551	4.631.901
Nível D	10,00%	56.383.458	55.691.408	5.638.346	5.569.141
Nível E	30,00%	13.704.449	12.031.097	4.111.335	3.609.329
Nível F	50,00%	18.674.918	14.794.799	9.337.459	7.397.399
Nível G	70,00%	420.531	2.228.553	294.372	1.559.987
Nível H	100,00%	13.198.615	5.461.693	13.198.615	5.461.693
Total		432.655.104	380.161.021	39.337.346	29.236.817

d) Operações em prejuízo:

Operações	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Ano Anterior	16.552.172	13.336.433
Registradas em prejuízo	3.298.672	6.650.251
Recuperadas de prejuízo	(5.954.664)	(3.434.512)
Total	13.896.180	16.552.172

Valores em reais

São valores de operações de crédito e contas correntes levados a prejuízo e estão demonstrados cumulativamente. Os lançamentos e as recuperações de prejuízos demonstrados compreendem o período de 01/01/2024 a 31/12/2024. Estes montantes estão classificados no grupo de Compensado e não compõem saldo de Balanço.

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS

Os Créditos Diversos do ativo, estão assim demonstrados:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2024	31/12/2023
Rendas a receber cheque especial	288.208	305.315
Rendas a receber adiant. depositante	15.982	14.404
Adiantamento Férias	-	30.987
Pendências Cartões	5.950	9.040
Pendências Custeio/BRDE	51.118	51.915
Unimed Funcionarios	22.504	20.060
Outros devedores	389	-
Total	384.152	431.720

Valores em reais

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

a) Material em Estoque

Demonstra os estoques de formulários de cheques a serem impressos para os cooperados:

Material em Estoque	31/12/2024	31/12/2023
Talonnários de Cheques	62.500	39.000
Total	62.500	39.000

Valores em reais

b) Ativos não financeiros mantidos p/venda

Outro Imóveis	31/12/2024	31/12/2023
Imóvel adquirido em dação de pagamento	10.176.286	-
Total	10.176.286	-

Valores em reais

NOTA 10 – PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2024, o grupo Permanente está constituído pelos subgrupos a seguir:

a) Mobiliário, Sistema de Processamentos de Dados, Veículos e Outros Equipamentos

Descrição	31/12/2024			31/12/2023	Taxas Anuais de Deprec. %
	Valor	Depreciação Acumulada	Total	Total	
Mobiliário	242.495	-209.828	32.667	16.122	4%
Sistema de proces. Dados	486.439	-416.168	70.271	86.707	25%
Outros Equipamentos	172.410	-84.367	88.043	82.623	25%
Veiculos	1.056.511	-598.640	457.871	399.708	25%
Total	1.957.855	-1.309.003	648.852	585.160	-

Valores em reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a Cooperativa não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior ou equiparados àqueles preços praticados pelo mercado.

b) Composição da Evolução do Permanente

Descrição	31/12/2023			31/12/2024
	Total	Adição	Baixa	Total
Mobiliário	219.149	23.345	0	242.494
Sistema de proces. Dados	488.844	18.467	-20.872	486.439
Outros Equipamentos	132.130	40.279	0	172.409
Veiculos	771.287	458.224	-173.000	1.056.511
Total	1.611.410	540.315	-193.872	1.957.853

Valores em reais

(-) Depreciação	31/12/2023			31/12/2024
	Total	Adição	Baixa	Total
Mobiliário	203.027	6.801	0	209.828
Sistema de proces. Dados	402.137	14.032	0	416.169
Outros Equipamentos	49.507	34.859	0	84.366
Veiculos	371.579	130.644	96.417	598.640
Total	1.026.250	186.336	96.417	1.309.003

Valores em reais

NOTA 11 – DEPÓSITOS

a) Depósitos à Vista

Corresponde ao saldo do associado para livre movimentação disponível na conta corrente, não há remuneração sobre o valor depositado.

b) Depósitos a Prazo

São valores depositados pelos associados, sendo pactuados mensalmente e remunerados conforme a política de captação da Cooperativa. Os rendimentos são calculados de forma *pró-rata* entre as datas de aplicação e a data base elaborada, sendo reconhecidos diariamente.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	138.499.180	114.392.462
Circulante	138.499.180	114.392.462
Depósitos a Prazo	257.156.911	224.156.620
Circulante	4.855.399	4.202.226
Não Circulante	252.301.512	219.954.394
Total dos Depósitos	395.656.091	338.549.082

Valores em reais

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop, constituído conforme Resoluções CMN Nº 4.150/12 e 4.284/13.

Estão associadas a este fundo as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Financeiro de Cooperativismo de Crédito (SNCC). Tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. É realizada mensalmente a contribuição ordinária pelas instituições associadas ao Fundo considerando o percentual de 0,0125% do montante dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo FGC – Fundo Garantidor de Crédito dos bancos.

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Transação de pagamento- Cartão	26	0
Total	26	0

Valores em reais

O valor de R\$26,00(vinte e seis reais) refere-se à utilização do cartão de débito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

a) Recursos em trânsito de terceiros

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Concessão de serviços públicos	208.212	213.029
Outros	0	0
Total	208.212	213.029

Valores em reais

O valor de R\$ 208.212,00 (duzentos e oito mil duzentos e doze reais) refere-se à débitos automáticos autorizados em conta corrente dos associados, como: energia, telefonia, água entre outros.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por repasses - outras instituições	11.138.169	24.379.496
Total	11.138.169	24.379.496

O valor refere-se à captação de recursos através de Depósito Interfinanceiro Vinculado ao Crédito Rural – Recursos equalizáveis, para repasse aos associados dos programas de custeio Pronaf e Pronamp.

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IOF s/ Operações de Crédito	38.377	68.897
IOF s/ Títulos e Valores Mobiliários	569	342
Total do IOF a Recolher	38.946	69.239

Valores em reais

Os valores demonstrados nesta rubrica são regulamentados pelo Decreto Nº 6.306/2007, Art. 2º.

O valor de R\$ 569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais) demonstram os valores descontados sobre os rendimentos auferidos em aplicações financeiras na carteira de Depósito a Prazo, que sofreram resgate antes dos primeiros 30 (trinta) dias à sua emissão, conforme tabela regressiva de índice anexa ao Decreto Nº 6.306/2007.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração do Capital a Pagar (a)	7.020.340	6.480.144
FATES (b)	2.417.553	1.983.329
Cotas de Capital a Pagar (c)	2.551.530	2.436.134
Total	11.989.422	10.899.607

Valores em reais

- (a) Refere-se aos juros sobre os saldos de capital social dos associados que aguardam a prestação de contas que será realizada em Assembleia Geral no ano 2025 referente ao exercício 2024 para o efetivo pagamento.
- (b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e aos colaboradores da Cooperativa, segundo programa aprovado pela Assembleia Geral. É constituído de 5% das sobras brutas do exercício, conforme determinação estatutária. Os valores são classificados em conta do passivo atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular Nº 3.224/06, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei 5.764/71 e o Regulamento do FATES.
- (c) Refere-se aos saldos de capital social dos associados que solicitaram e/ou se desligaram do quadro social e aguardam a prestação de contas que será realizada em Assembleia Geral no ano de 2025 para o efetivo pagamento.

c) Fiscais e Previdenciárias

Obrigações Fiscais e Previdenciárias	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Recolher s/ Serviços de Terceiros	16.846	16.235
Impostos e Contribuições s/ Salários	381.920	468.475
IRRF Aplicações financeiras	99.730	136.924
ISSQN - serviços prestados	2.579	2.344
Total	501.075	623.978

Valores em reais

d) Outras Obrigações – Diversas

Outras Obrigações-Diversas	31/12/2024	31/12/2023
Cheques Administrativos	1.776.884	1.547.000
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	1.002.737	1.150.963
Provisão garantias prestadas	557.295	864.866
Credores diversos	398.542	462.441
Total	3.735.459	4.025.270

Valores em reais

NOTA 16 – PROCESSOS JUDICIAIS

Segundo a assessoria jurídica da CREDICOOPAVEL, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$211.892,68**. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Credicoopavel em 31 de dezembro de 2024 é composto pelas seguintes rubricas:

a) Capital Social

A evolução do capital social e número de cooperados estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	70.859.090	56.209.417
Total de Cooperados Ativos	11.087	10.087

Valores em reais

O Capital Social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado em moeda corrente do País.

O voto é pessoal e intransferível sendo que, cada cooperado possui direito a 01 (um) voto, independentemente da quantidade de quotas-partes que o mesmo detenha.

b) Reservas

Reservas de Lucros	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal	141.075.704	110.260.276
Total	141.075.704	110.260.276

Valores em reais

- (a) Conforme inciso I, Art. 58 do Estatuto Social está disposto sobre as Reserva Legal com saldo decorrente de retenção de 70% dos resultados da Cooperativa. A Reserva Legal destina-se a reparar perdas, compensar prejuízos, quando esgotados os lucros acumulados e as demais reservas de lucros para atender o desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As Sobras ou Perdas Acumuladas estão assim compostas:

Sobras ou Perdas Acumuladas	31/12/2024	31/12/2023
Apuração sobras	10.981.614	9.788.693
Total	10.981.614	9.788.693

Valores em reais

NOTA 18 – PARTES RELACIONADAS

As transações com Partes Relacionadas referem-se a saldo e depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidos na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), por pessoas jurídicas a eles relacionadas e por membros da família de tais pessoas, assim como a remuneração recebida pelos administradores.

As operações de crédito e a captação de recursos com partes relacionadas foram contratados em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As transações com partes relacionadas estão assim resumidas até 31 de dezembro de 2024:

a) Remuneração

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de Administradores	2.897.403	3.741.585

Valores em reais

b) Operações Ativas e Passivas

Descrição	Diretoria Executiva e Conselho de Administração	Conselho Fiscal	% em relação à carteira total
Operações de Crédito	27.141.716	56.679	6,29%
Depósito á Vista	356.469	53.096	0,30%
Depósito a Prazo	11.229.813	1.549.290	4,97%

Valores em reais

c) Capital Social

Descrição	Diretoria Executiva e Conselho de Administração	Conselho Fiscal	% em relação à carteira total
Capital Social	2.469.099	147.946	3,69%
Total	2.469.099	147.946	3,69%

Valores em reais

NOTA 19 – LIMITES OPERACIONAIS

O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução 4.553 de 30 de Janeiro de 2017, estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sendo enquadrada em Segmento 1 (S1), Segmento 2 (S2), Segmento 3 (S3), Segmento 4 (S4) e Segmento 5 (S5), e em 23 de Fevereiro de 2017 a Resolução 4.557 estabeleceu a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital conforme o enquadramento estabelecido na Resolução 4.553/2017.

A Credicoopavel está enquadrada no Segmento 5 (S5), e por meio das Resoluções 4.606 de 19 de outubro de 2017, determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular os Ativos Ponderados pelo Risco na

forma simplificada (RWA_{SS}), devem implementar a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PR_{SS}) estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos.

Conforme Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017 em vigor desde 18 de fevereiro de 2018, a mesma dispõe sobre a metodologia facultativa para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR_{SS}) e institui o Capital a serem cumpridos pelas Cooperativas de Crédito que se enquadrem ao condicionamento dos requisitos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Índice de Imobilização: Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência – PR com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957, de 21 de outubro de 2021.

Limites	31/12/2024	31/12/2023
PR Para Limite de Basileia (PRS5_LB)	222.916.407	176.258.386
RWAS5	577.828.285	497.919.655
PR Mínimo Requerido para o RWA	98.230.808	84.646.341
Valor da Situação para o Limite de Imobilização	648.852	585.161
Índice de Imobilização (limite 50%) - Índice de Imobilização	124.685.599	87.544.033
Índice de Basileia - IB	38,58%	35,40%

NOTA 20 – SEGUROS

É política da Cooperativa manter cobertura de seguros por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

Vida em Grupo	Morte Acidental ou Natural ou Invalidez por Doença	131.241
---------------	--	---------

*Valores em reais

NOTA 21 – REGULAMENTAÇÃO CONTABIL – RESOLUÇÃO-CMN 4966/2021 e RESOLUÇÃO BCB-352

a) Contexto a Adaptação às Resoluções

Com a entrada em vigor das Resoluções CMN nº 4966/2021 e Resolução BCB nº 352, a Credicoopavel adotará novos critérios para classificação de risco e ajustes contábeis nos ativos. Esses normativos visam aumentar a transparência e a adequação às melhores práticas internacionais, promovendo maior solidez no sistema financeiro.

Conforme os normativos, a classificação de risco das operações de crédito será ajustada de acordo com a capacidade de pagamentos dos tomadores, os prazos de inadimplência e outros critérios definidos nas normas. As mudanças têm impacto direto na forma de provisionamento e na reversão de créditos considerados como provisões excedentes.

b) Reversão de Créditos

A implementação inicial das alterações normativas permitirá a reversão de créditos provisionados no montante aproximado de R\$ 18 milhões, valor esse que será integralmente revertido ao Patrimônio Líquido da instituição. Esse ajuste reflete um aprimoramento no cálculo de provisões, considerando os critérios estabelecidos pelas citadas resoluções.

c) Ativos problemáticos

No âmbito das resoluções, os ativos problemáticos ganharão maior atenção na gestão de crédito da instituição. Esses ativos correspondem a operações com alto risco de inadimplência ou com significativa deterioração na qualidade de crédito. Para atender às exigências normativas, será necessário trabalhar de forma mais eficiente na recuperação desses ativos. Otimizando os processos internos e adotando estratégias proativas para mitigar perdas.

d) Operações em Stop Accrual

O conceito de Stop Accrual, que se refere às operações de crédito que atingem um estágio crítico de inadimplência e interrompem a apropriação de juros mensais, também será ajustado conforme as novas normativas. Atualmente, o Stop Accrual é aplicado após 60 dias de inadimplência, e a partir de 2025, será ajustado para 90 dias.

O impacto do volume total de operações classificadas como Stop Accrual não será significativo para a instituição, uma vez que a cooperativa já opera hoje com a prática de não apropriação de juros após 60 dias.

No entanto, a adaptação para o novo prazo exigirá monitoramento contínuo e maior eficiência na gestão de ativos problemáticos.

e) Conclusão

A adoção das Resoluções CMN nº 4966 e BCB nº 352 reforça o compromisso da instituição com a solidez financeira, a transparência e a aderência às melhores práticas regulatórias. Os ajustes mencionados serão implementados de maneira a garantir a conformidade com os normativos, promover a recuperação de ativos problemáticos e assegurar a continuidade das operações com eficiência e segurança.

NOTA 22 – IMPACTOS ESTIMADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDADA PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021 E NORMAS RELACIONADAS

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que juntamente com suas alterações promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022, nº 5.100/2022 e nº 5.146/2024, estabelece os critérios aplicáveis a instrumentos financeiros.

Esses normativos definem, entre outros aspectos, os fluxos de caixa de ativos financeiros sob a perspectiva de pagamentos de principal e juros (teste "SPPJ"), a metodologia de cálculo da taxa de juros efetiva, a constituição de provisão para perdas de crédito e a evidenciação dessas informações em notas explicativas. Ademais, estabelecem diretrizes para contabilidade de hedge, alinhando as normas do COSIF aos padrões internacionais (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros).

O Banco Central do Brasil reformulou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em consonância com essas resoluções, reestruturando o elenco de contas e limitando os níveis de agregação. A Resolução BCB nº 352/2023 revogou os requisitos da Resolução BCB nº 309/2023, consolidando procedimentos contábeis relacionados aos fluxos de caixa, taxa de juros efetiva e provisão para perdas de crédito, além da evidenciação dos impactos estimados na posição financeira das instituições.

As mudanças promovidas no COSIF foram formalizadas nos seguintes normativos: Instrução Normativa BCB nº 318/2022, que define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF; Resolução BCB nº 390/2024, que trata do Padrão Contábil e estrutura do elenco de contas; Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas em 05/11/2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544, que detalham as rubricas contábeis dos grupos de ativo realizável e permanente, compensação ativa e passiva, passivo exigível, patrimônio líquido e resultados credores e devedores.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de apresentar, no presente documento, os impactos estimados da nova regulação contábil.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de diversos normativos, em especial, da Resolução CMN nº 2.682/1999, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Cooperativa dividiu o processo de implementação em etapas, consoante publicações em notas explicativas anteriores, com o objetivo de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria entre as normas e a Política de Crédito vigente; levando em consideração, ainda, as necessárias modificações no sistema de tecnologia utilizado pela instituição.

Desta forma, a implantação da nova normativa, ocorreu da seguinte forma:

Etapa 01: avaliação dos ativos financeiros da Cooperativa, com base no modelo de negócio da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos

A Credicoopavel é uma instituição que tem por objetivo principal a prestação de serviços e assistência financeira aos seus associados.

Etapa 02: modelagem de Perdas Esperadas:

Considerando o enquadramento da Cooperativa como uma instituição S5, adotar-se-á o modelo simplificado.

Etapa 03: sistema de tecnologia:

Foi desenvolvido pela RFTech (responsável pelo sistema operacional utilizado pela Cooperativa) o desenho do mapa de referência de arquitetura do sistema, bem como disponibilizadas as versões de teste e final, que resultarão na apuração dos resultados impactos e emissão de documentos contábeis.

Etapa 04: análise dos impactos estimados no resultado e patrimônio da Cooperativa:

A Cooperativa realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter melhor compreensão do efeito potencial da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A Cooperativa realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para mensurar os efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre os saldos contábeis. De acordo com as simulações efetuadas, espera-se redução na perda esperada associada ao risco de crédito, decorrente da transição do modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

A mensuração das perdas considerou pisos mínimos e modelos internos elaborados pela área de risco de crédito.

As remensurações dos ativos financeiros foram realizadas conforme os modelos de negócio e Teste de SPPJ, previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023.

Ademais, de acordo com o Comunicado Bacen nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou o ajuste de suspensão de juros ("stop accrual") nas operações de crédito que, em 31 de dezembro de 2024, não atendiam à classificação de ativos problemáticos.

Abaixo, quadro resumo com o impacto esperado com a aplicação da nova norma, ao que tange à provisão de crédito:

Data-base	Carteira de Crédito	Provisão - R. 2.682/1999	Provisão R. 4.966/2021	Diferença de provisão	Decréscimo de provisão (%)
31/10/2024	456.535.203	39.779.526	16.869.415	22.910.111	57,58
30/11/2024	453.869.202	40.571.232	21.844.464	18.726.768	46,16
31/12/2024	448.998.497	39.894.642	16.820.796	23.073.846	57,84
Médias trimestre	453.134.301	40.081.800	18.511.558	21.570.242	53,86

Abaixo, quadro resumo com o impacto esperado com a aplicação da nova norma, ao que tange ao patrimônio líquido:

Data-base	Patrimônio Líquido	Provisão - R. 2.682/1999	% do PL	Provisão R. 4.966/2021	% do PL
31/10/2024	202.751.161	39.779.526	19,62	16.869.415	8,32
30/11/2024	202.695.774	40.571.232	20,02	21.844.464	10,78
31/12/2024	222.916.407	39.894.642	17,90	16.820.796	7,55
Médias trimestre	209.454.447	40.081.800	19,14	18.511.558	8,84

Os impactos conforme nova normativa serão reconhecidos em sobras ou perdas acumuladas, sensibilizando, diretamente, o patrimônio líquido.

NOTA 22 - ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional de nº 4557 de 23/02/2017, a de nº 4606 de 19/10/2017, que dispõem sobre a Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos, e a de nº 4553 de 30/01/2017 que dispõe sobre a segmentação de Instituições Financeiras e, considerando o seu enquadramento no segmento S5, a Credicoopavel implementou a estrutura de acordo com o volume e complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

PERFIL DA COOPERATIVA

A Credicoopavel é uma instituição que tem por objetivo principal a prestação de serviços e assistência financeira aos seus associados.

A responsabilidade pelo gerenciamento dos riscos associados às atividades da cooperativa, cabe ao Diretor Executivo Administrativo que acompanha mensalmente e se necessário adotando medidas de prevenção ou minimização dos riscos.

ESTRUTURA SIMPLIFICADA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos é compatível com o modelo de negócios da Credicoopavel, com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e serviços e proporcional à dimensão e relevância da exposição dos riscos. Atua por meio de normativos e metodologias condizentes com as atividades e os processos da instituição.

A estrutura completa para gerenciamento simplificado de riscos da Cooperativa de Crédito Rural Coopavel, encontra-se disponível para acesso de associados, órgãos fiscalizadores e reguladores e demais interessados no site da cooperativa www.credicoopavel.com.br.

PRINCIPAIS RISCOS:

Risco Operacional, definição: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultante de ocorrências de perdas resultante de eventos externos inesperados ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.

Risco de Crédito, definição: é a possibilidade de ocorrência de perdas devido ao não cumprimento de obrigações assumidas causadas por fatores que venham prejudicar o tomador do crédito, resultando em perdas para o credor.

Risco Social, definição: é a possibilidade de ocorrências de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a violação de direitos e garantias fundamentais ou à atos lesivos a interesse comum.

Risco Ambiental, definição: é a possibilidade de ocorrências de perdas causados por agentes, físicos (ruídos, temperaturas externas...) químicos (poeiras, névoas, gases...) ou biológicos (bactérias, fungos, vírus...) capazes de causar danos ao meio ambiente, saúde das pessoas.

Risco Climático, definição: é a possibilidade de perdas para a instituição ocasionadas por fatores climáticos como: excesso de chuvas, geadas, temporais, seca. Fatores esses que foge do controle humano.

Risco de Liquidez, definição: é a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas, inesperadas, correntes, futuras e decorrentes de garantias, sem afetar suas operações diárias, sem incorrer em perdas significativas.

Confirmamos a exatidão e integridade desta demonstração, com base nos dados de 31/12/2024 de acordo com os documentos idôneos fornecidos à Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Cascavel/PR, 31 de dezembro de 2024.

Dilvo Grolli
Presidente

Paulo Aparecido Arantes
Dir.Exec. Presidente

Antonio Carlos Frediani
Dir.Exec. Administrativo

Terezinha de F. Marcussi Mariano
Contadora CRC-PR: 043740/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Rural Coopavel – “CREDICOOPAVEL”, cumprindo o que determina o Estatuto Social e a legislação vigente, examinamos as demonstrações financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhado das Notas Explicativas e demais demonstrativos do período.

Baseados nas reuniões mensais realizadas, bem como as informações recebidas da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Auditoria Interna no decorrer do Exercício Social, tivemos condições de acompanhar através de documentos e atos que, os critérios e procedimentos contábeis estão em consonância com a legislação atual.

Em função do exposto e respaldado no Relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer que as referidas demonstrações, bem como o resultado apurado, refletem corretamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Recomendamos a aprovação do Balanço Geral e das respectivas demonstrações, pelos senhores associados.

Cascavel-PR, 14 de março de 2025


Rosani Furni


Rosane de Meira


Altair das Brotas Mendes Garcia